

**PLANO MUNICIPAL DE
ENFRENTAMENTO AO
COVID – 19
MUNICÍPIO DE IGUAPE**



Maio / 2020



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
LEVANTAMENTO DE FRAGILIDADES A SEREM ENFRENTADAS.....	5
TERRITÓRIO E POPULAÇÃO.....	5
ECONOMIA, EMPREGO E RENDIMENTO	9
INDICADORES SOCIAIS	13
ÍNDICE DE GINI	14
ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	14
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL	16
FATORES A SEREM CONSIDERADOS NO COMBATE À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS.....	18
PRINCIPAIS AÇÕES EM REALIZAÇÃO OU A REALIZAR.....	21
FATOS DIVERSOS QUE IMPACTARAM NA ELABORAÇÃO DO PRESENTE PLANO E NO ANDAMENTO DO MUNICÍPIO	25
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	27
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	28



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

LEGISLAÇÃO FEDERAL.....31

INTRODUÇÃO

A Pandemia de COVID-19 foi notificada à Organização Mundial de Saúde - OMS em 31 de dezembro de 2019, como casos de pneumonia de etiologia desconhecida detectada na cidade de Wuhan na China, identificada como um novo tipo de Coronavírus.

Nos dias 11 e 12 de janeiro de 2020, a OMS recebeu informações mais detalhada da Comissão Nacional de Saúde da China, que afirmou que o surto estava associado a exposições em um mercado de frutos do mar, na cidade de Wuhan.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em razão da disseminação do Coronavírus.

Em 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana da doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19), por meio da Portaria MS nº 188.

Ainda no mês de fevereiro começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia de COVID-19 no Brasil, com a repatriação dos brasileiro que viviam em Wuhan, cidade chinesa epicentro da infecção.

Em 26 de fevereiro foi confirmado o primeiro caso da infecção pelo COVID-19 no Brasil. Tratava-se de um paciente do sexo masculino, 61anos, residente no estado de São Paulo, com histórico de viagem recente para a Itália. Apresentava febre, tosse, dor de garganta e coriza.

Em 27 de fevereiro, o número de casos suspeitos de Coronavírus em monitoramento pelo Ministério da Saúde sobe para 132.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

O segundo caso confirmado no Brasil foi em 29 de fevereiro. Paciente é homem de 32 anos, residente em São Paulo, com histórico de viagem à Itália, região da Lombardia.

Em 02 de março, o Ministério da Saúde divulga a confirmação de 02 casos de contaminação e monitoramento de 433 casos suspeitos, mas ainda não há evidências de circulação sustentada do vírus em território brasileiro.

Em 16 de março é registrado o primeiro óbito pela infecção do COVID-19 no Brasil, homem de 62 anos, portador de diabetes e hipertensão.

Em 19 de março o Brasil já registra 647 casos confirmados em 21 Estados e no Distrito Federal com 7 óbitos, 5 em São Paulo e 2 no Rio de Janeiro.

Em 31 de março o número de casos confirmados sobe para 5.812, e o de óbitos para 202.

Em 24 de maio, Iguape, com população de 30857 habitantes, registra 31 casos confirmados de infecção pelo Coronavírus, e nenhum óbito.

É nesse cenário que se reúnem os Servidores do Município de Iguape para traçar o presente Plano Municipal de Enfrentamento ao COVID-19.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

LEVANTAMENTO DE FRAGILIDADES A SEREM ENFRENTADAS

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

O Estado de São Paulo abriga 645 municípios em 248.219,94 km². Iguape é o maior município do Estado de São Paulo em área territorial, ocupando 1.978,795 km² ou 0,7972% da área total do Estado. Situado em área de Mata Atlântica, abriga inúmeros espaços ambientalmente protegidos, como a Estação Ecológica Juréia-Itatins, a Estação Ecológica Chauás, o Parque Estadual do Prelado, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Despraiado, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Ilha do Ameixal, a Área de Proteção Ambiental (APA) Cananéia-Iguape-Peruíbe, e parte da ZVS - APA Ilha Comprida, criada pelo decreto n° 26.881, de 11 de março de 1987 e regulamentada pelo decreto n° 30.817, de 30 de novembro de 1989.

Conta com uma população estimada em 2019 pelo IBGE de 30.857 pessoas, ou seja 0,0672% da população do Estado (45.919.049), apresentando densidade demográfica de 14,89% (SEADE), enquanto a densidade demográfica média no Estado de São Paulo é de 179,84 hab/km². O Grau de Urbanização (percentual da população residente em áreas urbanas) é de 87,68% hab/km² em Iguape, enquanto no Estado é de 96,52%. A taxa geométrica de crescimento anual da População em Iguape é de 0,22% a.a., enquanto no estado de São Paulo é de 0,80% a.a.. O índice de envelhecimento no município (96,9%) também se apresenta bem maior que a média do Estado de São Paulo (81,11%). Em Iguape, 18,35% da população tem 60 anos ou mais, enquanto a média dessa faixa etária no estado de São Paulo é de 15,30%.

LOCALIDADE	ÁREA TERRITORIAL	ÁREA TERRITORIAL %	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO %	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	GRAU DE URBANIZAÇÃO	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	POPULAÇÃO COM 60 ANOS E MAIS
IGUAPE	1.978,795 km ²	0,7972	30.857 hab	0,07%	14,89 hab/km ²	87,68%	0,22% a.a.	96,90%	18,35%
Estado de São Paulo	248.219,94 km ²	100	44.639.899 hab	100	179,84 hab/km ²	96,52%	0,80% a.a.	81,11%	15,30%

FUNDAÇÃO SEADE – 2020 - <https://perfil.seade.gov.br/?#>



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

	ÁREA DA UNIDADE TERRITORIAL	ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO	URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	POPULAÇÃO ESTIMADA
ANO	2018	2010	2010	2019
LUGAR NO RANKING ESTADO	1º	514º	307º	193º
LUGAR NO RANKING BRASIL	758º	1.116º	1.556º	1.096º
IGUAPE	1.978,795 KM	76,20%	24,40%	30.857 hab.

IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/panorama>

1) Densidade Demográfica.

- a) é muito mais difícil e oneroso dar assistência à população dispersa pelo enorme território, o que nos obriga a manter o Programa de Saúde da Família em 42 diferentes pontos de atendimento ao longo do território:
- i) PSF AREIA BRANCA – Bairro do Rocio;
 - ii) PSF AEROPORTO – Bairro do Rocio;
 - iii) PSF ITIMIRIM I – Bairro do Itimirim, atende em 10 prédios;
 - iv) PSF ITIMIRIM II – Bairro do Itimirim, atende em 7 prédios;
 - v) PSF JAIRÊ – Bairro do Jairê, atende em 9 prédios;
 - vi) PSF BARRA DO RIBEIRA – Bairro Barra do Ribeira, atende em 4 prédios;
 - vii) PSF ICAPARA – Bairro do Icapara, atende em 4 prédios;
 - viii) PSF CENTRO
 - ix) CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
 - x) Fisioterapia



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

- xi) Residência Terapêutica
- xii) UBS Centro
- xiii) Unidade Mista de Iguape – abriga:
 - (1) Pronto Atendimento;
 - (2) Raio X;
 - (3) Vigilância Sanitária;
 - (4) Vigilância Epidemiológica;
 - (5) Educação em Saúde;
 - (6) 2 Consultórios de Odontologia;
 - (7) Serviço de Nutrição;
 - (8) Serviço de Fonoaudiologia;
 - (9) Ortopedia;
 - (10) Marcação de Consulta;
 - (11) Serviços de organização e entrega de exames laboratoriais;
 - (12) Farmácia;
 - (13) Setor de medicação de auto custo;
 - (14) Setor de transporte da Saúde;
 - (15) Almojarifado;
 - (16) Divisão de Informações em saúde (faturamento, estatísticas, e etc); e
 - (17) Administração.
- b) Apesar da baixíssima densidade demográfica, o bairro do Rocio e adjacências apresentam concentração muito maior;
- c) a Rede Municipal de Ensino que conta em média com 3.000 alunos matriculados, presta atendimento educacional em Escolas instaladas em 17 diferentes localidades, tornando tortuoso o atendimento do transporte escolar por estradas rurais de terra e da distribuição de insumos para merenda, sem contar que a necessidade dos serviços-meio (secretaria, limpeza, cozinha, monitor de pátio) consome excessivo número de servidores, impactando nos gastos com pessoal;
- d) dos aproximadamente 1.200 servidores municipais, cerca de 600 estão lotados no Departamento de Educação, enquanto uma média de 350 estão lotados no Departamento de Saúde, ainda assim apresentando déficit de mão de obra;
- e) a coleta de lixo não consegue atender integralmente a toda a zona rural, mas atende regularmente o Centro, Rocio, Icapara, Barra do Ribeira, e ainda os núcleos habitacionais ao longo das duas estradas estaduais de acesso ao município;



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

- f) a manutenção das estradas rurais, em local onde a pluviosidade é intensa chega a consumir recursos da ordem de até R\$ 5 milhões ao ano.
- g) o transporte urbano é outro desafio da municipalidade, em questão de atendimento ideal à população e respectivo custo do serviço.
- 2) Grau de Urbanização. O fato de 12,32 %, da população encontrar-se na zona rural, pressiona o serviço público para a extensão das redes de esgotamento sanitário e iluminação pública, além é claro da manutenção das estradas rurais.

3) Índice de Envelhecimento.

LOCALIDADE	CRIANÇAS E ADOLESCENTES 00 A 19 ANOS	%	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA 20 A 59 ANOS	%	IDOSOS 60 ANOS E MAIS	%
IGUAPE	8.165 hab	27,78%	15.921 hab	54,18%	5.302 hab	18,04%
ESTADO DE SP	11.424.157 hab	25,78%	26.304.175 hab	59,36%	6.586.598 hab	14,86%

Projeção da população por faixas etárias quinquenais, em 1º de julho de 2019 – Fundação SEADE

Conforme constata-se na tabela acima, o percentual da população economicamente ativa no Município de Iguape é menor que a do Estado de São Paulo. Empiricamente verifica-se que muitas pessoas da faixa etária economicamente ativa deixam o município à procura de melhores oportunidades, deixando crianças aos cuidados de parentes. Fica claro, portanto, que muitas dessas famílias acabam engrossando o número de pessoas em vulnerabilidade, que necessitam de atendimento social e de saúde.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

ECONOMIA, EMPREGO E RENDIMENTO

	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PROD. FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS	SERVIÇOS	RENDIMENTO MÉDIO TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS
% - IGUAPE	6,71 %	7,32 %	0,39 %	30,58 %	55,01 %	N.A.
% - ESTADO SP	2,38 %	17,50 %	4,09 %	19,91 %	56,12 %	N.A.
REND.MÉDIO IGUAPE	R\$ 1.376,72	R\$ 2.576,12	R\$ 1.559,89	R\$ 1.532,84	R\$ 2.414,99	R\$2.081,10
REND.MÉDIO ESTADO SP	R\$ 2.037,83	R\$ 3.839,75	R\$ 2.726,19	R\$ 2.602,64	R\$ 3.614,10	R\$ 3.378,98
DIFERENÇA ESTADO SP - IGUAPE	R\$ 661,11	R\$ 1.263,63	R\$ 1.166,30	R\$ 1.069,80	R\$ 1.199,11	R\$ 1.297,88
% DIFERENÇA ESTADO SP - IGUAPE	48,02%	49,05%	74,77%	69,79%	49,65%	62,37%

EMPREGO E RENDIMENTO, em julho de 2019 – Fundação SEADE

Mais de um salário mínimo (R\$ 1.297,88) separam o rendimento médio no município do rendimento médio no Estado de São Paulo.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

	PARTICIPAÇÃO EXPORTAÇÕES DO ESTADO	PARTICIPAÇÃO AGROPECUÁRIA NO VALOR ADICIONADO	PARTICIPAÇÃO INDÚSTRIA NO VALOR ADICIONADO	PARTICIPAÇÃO SERVIÇOS NO VALOR ADICIONADO	PARTICIPAÇÃO PIB EM MIL REAIS	PIB PER CAPITA	PARTICIPAÇÃO NO PIB DO ESTADO
IGUAPE	0,000003 %	11,23 %	34,85 %	53,92 %	R\$ 809.924,21	R\$ 27.703,92	0,038207 %
ESTADO SP	100 %	2,04 %	21,21 %	76,75 %	R\$ 2.119.854.034,99	R\$ 48.537,53	100 %

ECONOMIA, em julho de 2019 – Fundação SEADE

	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PIB	PIB PERCAPITA	VALOR ADICIONADO BRUTO	VALOR ADICIONADO AGROPECUARIA	VALOR ADICIONADO INDUSTRIA	VALOR ADICIONADO SERVIÇOS	IMPOSTOS, LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS, SOBRE PRODUTOS A PREÇOS CORRENTES
	R\$ X 1.000	R\$	R\$ X 1.000	R\$ X 1.000	R\$ X 1.000	R\$ X 1.000	R\$ X 1.000
LUGAR NO RANKING ESTADO*	220º	306º	210º	118º	171º	229º	337º
MAIOR VALOR NO ESTADO	R\$699.288.352,21	R\$344.847,17	R\$576.762.105,78	R\$580.210,27	R\$59.119.808,84	R\$474.646.034,36	R\$122.526.246,43
IGUAPE	R\$809.924,21	R\$26.430,11	R\$790.014,69	R\$88.841,74	R\$275.358,46	R\$303.479,79	R\$19.909,51
MENOR VALOR NO ESTADO	R\$27.864,37	R\$7.485,94	R\$26.995,31	R\$ -	R\$1.197,71	R\$7.340,02	R\$586,24
LUGAR NO RANKING BRASIL**	917º	1467º	858º	870º	632º	899º	1903º
MAIOR VALOR NO BRASIL	R\$699.288.352,21	R\$344.847,17	R\$576.762.105,78	R\$1.502.250,85	R\$59.119.808,84	R\$474.646.034,36	R\$122.526.246,43
IGUAPE	R\$809.924,21	R\$26.430,11	R\$790.014,69	R\$88.841,74	R\$275.358,46	R\$303.479,79	R\$19.909,51
MENOR VALOR NO BRASIL	R\$12.992,84	R\$3.285,04	R\$12.716,17	R\$ -	R\$382,98	R\$2.049,60	R\$276,67

Produto Interno Bruto dos Municípios em 2017 - IBGE



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

*645 MUNICÍPIOS NO ESTADO DE SP

**5570 MUNICÍPIOS NO BRASIL

	SALÁRIO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES FORMAIS	PESSOAL OCUPADO	POPULAÇÃO OCUPADA	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)	IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)	TOTAL MATRÍCULAS	DOCENTES
ANO	2017	2017	2017	2010	2010	2017	2017	2018	2018
LUGAR NO RANKING ESTADO	364º	316º	617º	47º	43º	477º	203º	N.A.	N.A.
LUGAR NO RANKING BRASIL	1475º	1544º	3415º	2761º	237º	1675º	727º	N.A.	N.A.
IGUAPE	2,1 mínimos	3065 pessoas	10%	39,80%	99,50%	6,2	5,2		
PRÉ ESCOLA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	666	
ENSINO FUND	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	3.996	276
ENSINO MÉDIO	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	1.308	117

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/panorama>

Em 2017, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 364 de 645 e 617 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1475 de 5570 e 3415 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

pessoa, tinha 39,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 47 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 2761 de 5570 dentre as cidades do Brasil. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/panorama>

Percebe-se que a principal atividade econômica formal é aquela que abrange os serviços, sendo a Prefeitura Municipal, e o Estado de São Paulo (Educação, Saúde...) os maiores empregadores. Os índices estudados indicam apenas 10% da população com vínculo formal de emprego, dessas 3065 pessoas empregadas ao menos 1.000 são servidores municipais, outros tantos servidores do Estado lotados nas escolas, postos de saúde, segurança pública entre outros, assim, verificamos que o número de empregos formais é mínimo. Consideremos ainda a importância que tem a agricultura na formação do valor adicionado (13,31%), e o pequeno número de empregados na agricultura (6,71%), podemos afirmar que a agricultura familiar é importante atividade econômica. A causar estranheza o pequeno número de empregos formais da Construção Civil, haja vista a quantidade de lojas de materiais para construção, a vasta ocupação do bairro do Rocio nas últimas décadas, o que aponta para uma atividade que cresce na informalidade.

A Agricultura no Município “apresenta indicadores de modernização agrícola acima da média da região; percentual de estabelecimentos com uso de adubo e corretivo de 71% e controle de pragas de 83,2%; mas, apresenta também alto percentual de terras com restrições agrícolas (81,2%). Entre os índices parciais de condições de vida, o que se refere à habitação apresenta-se entre os mais elevados da região (0,79). A relação entre renda proveniente da agricultura sobre a renda total (70,6%) e a relação da população ocupada na agricultura sobre a PEA total (PEAT = -0,03), também, demonstram que a atividade agrícola na região, baseada no cultivo da banana, maracujá e chuchu, é importante para a geração de emprego, bem como a participação da renda rural no total da renda dos municípios (70,6%). Em síntese, é a classe que mais se aproxima da média regional, de agricultura familiar, com baixa modernização agrícola, mas demonstrando capacidade produtiva da força de trabalho nos seus sistemas produtivos, basicamente a fruticultura. As condições de vida mostram-se péssimas quanto ao tema educação”. <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/espec1-0904.pdf>

No período de 2014 a 2016, Iguape passou por intensos problemas políticos e de finanças públicas, fatos que se refletiram diretamente na economia local, como pode ser verificado através dos gráficos disponíveis em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/pesquisa/38/4700?indicador=47008&localidade2=0&localidade1=35&tipo=grafico>.

Verifica-se retomada econômica a partir de 2017.

Assim, podemos afirmar sem sombra de dúvidas, que o investimento público está diretamente ligado à economia local, e neste momento de pandemia, onde os investimentos estão voltados à área de saúde, os problemas econômicos podem se agravar, enquanto a Administração não pode deixar de investir em outros setores, em especial na valorização do servidor, na continuidade das obras públicas, e no apoio à agricultura familiar.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

INDICADORES SOCIAIS

	1991	2000	2010	RANKING NACIONAL 2010	RANKING ESTADUAL 2010
IDH-M	0,473	0,632	0,726	1133º	426º
IDH-M INDICADOR LONGEVIDADE	0,715	0,778	0,847	846º	205º
IDH-M INDICADOR RENDA	0,58	0,657	0,691	1858º	478º
IDH-M INDICADOR EDUCAÇÃO	0,255	0,493	0,653	982º	442º

IBGE

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta de indicadores de saúde, educação e renda. O IDH foi criado em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a partir da perspectiva de Amartya Sen e Mahbub ul Haq de que as pessoas são a verdadeira "riqueza das nações", criando uma alternativa às avaliações puramente econômicas de progresso nacional, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O fator inovador do IDH foi a criação de um índice sintético com o objetivo de servir como uma referência para o nível de desenvolvimento humano de uma determinada localidade. O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo). A composição do IDH compreende indicadores de saúde, educação e renda, pois assume que, para viver vidas que desejam, as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno.

O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 1998. O IDHM ajusta o IDH para a realidade dos municípios e regiões metropolitanas e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Para aferir o nível de desenvolvimento humano das unidades federativas (UF), municípios, regiões metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), as dimensões são as mesmas do IDH Global – saúde, educação e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. O IDHM também varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/#1



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

ÍNDICE DE GINI

ÍNDICE DE GINI	1991	2000	2010
IGUAPE	0,55	0,6	0,55
ESTADO SÃO PAULO	0,55	0,58	0,56

O Índice de Gini, é utilizado para avaliar a concentração de renda de um determinado local. A medida é calculada de 0 a 1, sendo que quanto mais perto do zero existe mais igualdade entre a população e quanto mais perto do 1 mais desigualdade entre os habitantes de uma localidade.

ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

	IPRS - Dimensão Riqueza - 2016	IPRS - Dimensão Riqueza - 2018	IPRS - Dimensão Longevidade - 2016	IPRS - Dimensão Longevidade - 2018	IPRS - Dimensão Escolaridade - 2016	IPRS - Dimensão Escolaridade - 2018
IGUAPE	28	29	61	58	48	52
Estado de São Paulo	44	44	72	72	51	53

CONDIÇÕES DE VIDA - SEADE



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Iguape é classificado como “vulnerável” pelo IPRS, ou seja, apresenta baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade. VULNERÁVEIS são 61 municípios que se concentram nas tradicionais áreas deprimidas do Estado: Vale do Ribeira, região de Itapeva, região do Alto do Paraíba, além de algumas ocorrências esparsas no território. As regiões de Barretos, Central e Baixada Santista não comportam nenhum município classificado nesse grupo.

Criado inicialmente sob demanda da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp, no âmbito do Fórum São Paulo Século XXI, esse indicador foi pensado para servir como parâmetro de mensuração do grau de desenvolvimento humano dos municípios paulistas. Baseado nos mesmos termos de desenvolvimento humano considerados pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH,1 o IPRS visa fornecer à sociedade subsídios para refletir a respeito dos elementos que induzem diferentes desempenhos econômicos e sociais dos municípios do Estado. Assim, refere-se ao estágio de desenvolvimento de cada município nas mesmas três dimensões examinadas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.

O IPRS compõe-se de quatro medidas. São três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e uma tipologia constituída de cinco grupos, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados.

- para o indicador de riqueza municipal são usados registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias da Fazenda e Planejamento e da Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. O indicador de riqueza municipal é composto por quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica por ligações residenciais; consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligações; estimativas do Produto Interno Bruto dos municípios per capita; rendimento de empregados formais (dos setores público e privado) e benefícios do INSS de aposentados e pensionistas, gerando um indicador do rendimento médio das pessoas de 16 anos e mais residentes nos municípios (segundo estimativas da Fundação Seade);
- para o indicador de longevidade, empregam-se projeções populacionais, dados do Registro Civil (de óbitos e nascimentos) e estimativas produzidas pela Fundação Seade. O indicador de longevidade adotado no IPRS compõe-se da combinação de quatro taxas de mortalidade relativas a determinadas faixas etárias: perinatal (fetos e crianças de zero a seis dias); infantil (de zero a um ano); de pessoas de 15 a 39 anos; e de pessoas de 60 a 69 anos;
- para o indicador de escolaridade, utilizam-se dados provenientes do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, também subordinado ao MEC. Um dos indicadores desta dimensão é a taxa de atendimento escolar na faixa etária de 0 a 3 anos, que reflete o esforço municipal em busca do maior acesso à creche. O indicador de escolaridade também tem sua composição alterada nas edições 2014, 2016 e 2018, com a substituição da taxa de atendimento escolar de 4 a 5 anos por aquela referente a creche (0 a 3



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

anos). Essa opção justifica-se pelo fato de que a taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos já atinge cobertura universal em grande parte dos municípios paulistas, de modo a não constituir um indicador discriminante da oferta do sistema de ensino (metade dos municípios paulistas já registrava 100% nessa taxa em 2016). Já em relação à qualidade da educação oferecida pelo sistema público, adotaram-se as medidas diretas aferidas pela Prova Brasil. Essa avaliação, organizada pelo Inep/MEC e aplicada a cada dois anos desde 2005, consiste em um teste do desempenho em leitura e matemática dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental, das escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos na série. Os resultados são divulgados agregados por escolas, municípios e redes de ensino. O desempenho dos alunos na Prova Brasil é medido nas escalas oficiais de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que determinam a quantidade de pontos necessários para que o rendimento do aluno seja classificado como abaixo do básico, básico, intermediário ou avançado. Assim, foram utilizadas as médias dos percentuais de alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental que alcançaram pelo menos o nível considerado adequado nas provas de português e matemática. Por fim, para o ensino médio, emprega-se a taxa de distorção idade-série, que dimensiona o atraso escolar.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

	IVS	IVS	IVS - INFRAESTRUTURA URBANA	IVS - INFRAESTRUTURA URBANA	IVS - CAPITAL HUMANO	IVS - CAPITAL HUMANO	IVS - RENDA E TRABALHO	IVS - RENDA E TRABALHO
2000	0,375	MÉDIA	0,103	MUITO BAIXA	0,492	ALTA	0,529	MUITO ALTA
2010	0,258	BAIXA	0,108	MUITO BAIXA	0,317	MÉDIA	0,349	MÉDIA

O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS sinaliza o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns “ativos” em áreas do território brasileiro. Os três subíndices que o compõem são:

1. Infraestrutura Urbana do território;
2. Capital Humano dos domicílios deste território; e
3. Renda, acesso ao trabalho e a forma de inserção dos residentes nestes domicílios.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

SAÚDE

	MORTALIDADE INFANTIL	INTERNAÇÕES POR DIARREIA
ANO	2017	2017
LUGAR NO RANKING ESTADO	28º	465º
LUGAR NO RANKING BRASIL	343º	4734º
IGUAPE	32,79 ÓBITOS POR 1.000 NASCIDOS VIVOS	0,1 INTERNAÇÕES POR 1.000 HABITANTES

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/panorama>

	TAXA DE NATALIDADE (POR 1.000 HAB) 2018	TAXA DE FECUNDIDADE (POR 1.000 MULHERES ENTRE 15 E 49 ANOS) 2018	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR 1.000 NASCIDOS VIVOS) 2020	TAXA DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA (POR 1.000 NASCIDOS VIVOS) 2018	TAXA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO DE 15 A 34 ANOS (POR CEM MIL HABITANTES NESSA FAIXA ETÁRIA) 2018	TAXA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO DE 60 ANOS E MAIS (POR CEM MIL HABITANTES NESSA FAIXA ETÁRIA) 2018	NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM MENOS DE 18 ANOS (EM %) 2018	MÃES QUE FIZEREM SETE E MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL (EM %) 2016	PARTOS CESÁREOS (EM %) 2016	NASCIMENTOS DE BAIXO PESO (MENOS DE 2,5 KG) (EM %) 2016	GESTAÇÃO PRÉ-TERMO (EM %) 2016	LEITOS SUS (COEFICIENTE POR MIL HAB) 2019
IGUAPE	12,86	51,05	13,26	21,22	89,89	3.986,14	9,55	77,44	22,68	8,49	11,93	0,31
Estado de São Paulo	13,77	50,23	10,7	12,36	100,08	3.365,17	4,64	79,05	58,34	9,11	10,9	1,18

SEADE - ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 32.79 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 28 de 645 e 465 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 343 de 5570 e 4734 de 5570, respectivamente: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/panorama>.

FATORES A SEREM CONSIDERADOS PARA O COMBATE À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

1. Apesar da baixa densidade demográfica, que por outro lado é um fator positivo à contenção da transmissão do vírus, existem áreas bastante vulneráveis, pelas suas especificidades:
2. Levantamento atualizado aponta para um número total de 63 famílias em 05 aldeias indígenas. Essa população é atendida pela Equipe de Saúde do SESAI, com a disponibilização de EPI's para essa equipe. Os pacientes dessa população devem ser atendidos no Sistema de Saúde, com o protocolo estabelecido para a população como um todo. Nessas aldeias existem 74 alunos inscritos na Rede Estadual de Ensino. Todas as aldeias receberam cestas básicas no mês de abril, e receberão sucessivamente nos próximos meses da pandemia. 47 famílias indígenas são cadastradas no CadÚnico, e 41 recebem o benefício Bolsa Família
3. O Quilombo da Aldeia integra o Programa Estratégia Saúde da Família do bairro Itimirim I, com equipe composta de 01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem e 01 agente comunitário de saúde específico para essa comunidade
4. O Quilombo Morro Seco é abrangido pelo Programa Estratégia Saúde da Família do bairro Itimirim II, com equipe composta de 01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem e 01 agente comunitário de saúde específico para essa comunidade
5. Comunidade Caiçara, a rigor é toda a população do município, tratando-se de um conceito elástico representado por pescadores artesanais e agricultores familiares, estes não estando propriamente reunidos em comunidades distintas, mas distribuídos por todo o território.
6. Alguns bairros possuem muitas residências utilizadas por turistas, que preferem cumprir a quarentena longe dos grandes centros urbanos, porém as pessoas podem chegar contaminadas e transmitir o vírus para os moradores locais, e ainda muitas vezes necessitam deslocar-se à cidade de origem para resolver determinadas questões, o que aumenta a circulação de pessoas;
7. A zona rural apresenta baixa risco de transmissão através da aglomeração de pessoas;



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

8. O Banco Caixa Econômica Federal concentra a movimentação financeira de programas sociais intensificados no período da pandemia. Some-se a esse fato, que a agência de Iguape é também utilizada pela população de Ilha Comprida, o que pode causar grandes aglomerações;
9. O município vizinho de Ilha Comprida é em muitos sentidos totalmente dependente de Iguape, como em relação às instituições financeiras. Compartilhamos ainda o Fórum, serviços cartorários, farmácia de manipulação e rede popular de supermercados;
10. Por apresentar preços melhores, e ser mais diversificado, o comércio de Iguape também é bastante utilizado pela população de Ilha Comprida;
11. As atividades econômicas, paralisadas pelo Decreto de quarentena, devem receber especial atenção, vez que os indicadores econômicos do município antes da pandemia já demandavam intervenção;
12. A agricultura, importante atividade econômica no município deve ser afetada como um todo, mas em especial a agricultura familiar, atividade fragilizada por ser de subsistência, não apresentando fluxo de caixa, ou capital de giro;
13. O município não conta com leitos de internação, pela regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde. A saúde no município está voltada à Atenção Básica através da Estratégia de Saúde da Família. O atendimento de média e alta complexidade é objeto de encaminhamento às unidades de referência. As suscetibilidades apresentadas são:
 - a. Número maior de pacientes fazendo uso do transporte municipal ofertado para tanto;
 - b. A disponibilidade de leitos para internação depende da oferta, para o conjunto dos municípios, pelos hospitais de Registro e Pariqueira-Açú;
 - c. Existem apenas 20 leitos de UTI nos hospitais de referência;
 - d. Os municípios de Registro, Pariqueira-Açú e Ilha Comprida vêm apresentando altos índices de contaminação pelo Coronavírus, o que pode provocar superlotação nesses hospitais de referência.
14. O duplo vínculo empregatício dos servidores da área de saúde é outra preocupação importante, ainda mais que os profissionais de Iguape normalmente se dividem com Iguape, Pariqueira-Açú e Ilha Comprida. Com os altos índices de contaminação dos municípios vizinhos é muito provável que os profissionais de saúde além de estarem mais suscetíveis à contaminação, podem trazer o vírus para outros servidores;



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

15. A crônica dificuldade de contratação de médicos é uma grande preocupação, na medida em que os poucos profissionais atuando se dividem entre os municípios da região e a situação tende a uma maior requisição, diante das necessidades do conjunto dos municípios;
16. A necessidade de manutenção das instalações do Pronto Atendimento Municipal, abandonado e comprometido por administrações anteriores, representa outro fator a ser vencido;
17. Do relatório Bolsa Família e Cadastro Único do Município se extrai como fragilidade:
 - a. A articulação entre o gestor municipal do Programa Bolsa Família e o Coordenador de Atenção básica para melhorar o monitoramento das condicionalidades de Saúde no Programa bolsa família (Vacinação, peso e altura de crianças menores de 7 anos, e Pré natal das gestantes);
 - b. Realizar a busca ativa de famílias não acompanhadas pela Saúde;
 - c. Priorização para o atendimento social de famílias em descumprimento das condicionantes, em especial aquelas que estão em fase de suspensão. Em julho de 2019 o município apresentou 80 famílias em fase de suspensão e dessas, nenhuma apresenta registro de atendimento/acompanhamento pela assistência social no Sistema de Condicionalidades do PBF
 - d. Em agosto de 2019 foi apontado que o município recebeu R\$118.829,75 do bloco de gestão descentralizada (IGD), e apresentava o saldo de R\$42.177,89 em conta corrente, o que significa que o município executou parcialmente o programa (64,51%), fato que merece atenção;
 - e. Os recursos ainda não investidos devem priorizar as ações de acompanhamento das condicionalidades de Saúde.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

PRINCIPAIS AÇÕES EM REALIZAÇÃO OU A REALIZAR

- Paralisação do processo seletivo da saúde, para evitar qualquer tipo de aglomeração;
- Edição de Decreto Municipal para disciplinar ações de combate à pandemia;
- Paralisação total das aulas presenciais;
- Recolhimento de Merenda Escolar nas escolas e no prédio da Logística da Educação para doação ao Fundo Social de Solidariedade, para utilização no socorro às famílias em situação de vulnerabilidade e para evitar que os alimentos se estraguem;
 - A Merenda Escolar das Aldeias Indígenas não deve ser recolhida, mas revertida aos moradores locais;
- Notificação de paralisação de contratos às empresas prestadoras de serviços de merenda e transporte escolar
- Instalação de barreiras para contenção de circulação em três acessos à cidade: Ponte do Mathias, Rodovia Ivo Zanela, e Jairê. As barreiras devem evitar a entrada de turistas e evitar a circulação de pessoas enquanto a municipalidade reforça o sistema de saúde;
 - Devido à grande circulação de pessoas, em especial nas agências bancárias e comércio de alimentos, instalação de Barreira na saída da Ponte Laércio Ribeiro para Ilha Comprida, delimitando horário para a utilização desses serviços pelos moradores da cidade vizinha, onde se verifica maior incidência de infecção pelo Coronavírus. A instalação dessa barreira poderá proporcionar aos moradores de Iguape utilizar tais serviços em horário diverso e se proteger da contaminação.
- Determinação ao Departamento de Educação para apresentação de projeto para manutenção das atividades de ensino em sistema à distância;
- Em atendimento à:
 - 1) Informe CAE 3/2020, orienta o Conselho de Alimentação Escolar;
 - 2) Resolução nº 2 de 9/04/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de estado de calamidade pública;



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

- 3) Manual Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVI-19); e
- Ofício 69/2020 da federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado de São Paulo, devemos priorizar:
 - Com a notificação de paralização das compras para a merenda escolar, aos fornecedores de merenda da Agricultura Familiar, disponibilizar espaço no Centro de Eventos para que possam organizar a venda de sua produção através de delivery;
 - Criar programa para aquisição desses alimentos pelo Departamento de Assistência Social para incluir a mercadoria nos programas de atendimento à população vulnerável, melhorando assim a qualidade da alimentação disponibilizada;
 - Conceber programa para a distribuição de merenda escolar; e
 - Socorrer financeiramente famílias em vulnerabilidade, inscritas em programas sociais, uma vez que as atividades econômicas estão prejudicadas em favor do isolamento social.
- Notificação às empresas responsáveis pelo Transporte Urbano, e pelo transporte de pacientes, sobre a necessidade de contenção da circulação de pessoas, assim como intensificar os procedimentos de higiene e desinfecção, em especial exigir o uso de máscaras pelos passageiros e funcionários, disponibilização de álcool gel, e desinfecção do ônibus a cada viagem. A Prefeitura entregou à empresa, para afixação em todos os ônibus, cartazes conforme modelo disponibilizados pelo Ministério da Saúde;
- Rodízio de servidores municipais;
- Afastamento de servidores portadores de morbidades;
- Contratação de assessoria de Infectologista;
- Contenção da despesa pública, com priorização dos investimentos no combate à pandemia, em especial as ações de saúde, educação e assistência social;
- Elaboração de projeto a ser analisado pela FUNAI para apoiar as atividades agrícolas das aldeais;



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

- Disponibilização de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias para orientar usuários do sistema bancário, orientando sobre o distanciamento necessário nas filas e distribuindo máscaras para garantir que todos estejam protegidos
- - Organização das feiras municipais com distanciamento das barracas e proibição de comercialização de outros produtos que não sejam alimentos in natura, com orientação, fiscalização sobre a disponibilidade de álcool em gel e distribuição de máscaras
- Reforma de ala existente no Pronto Socorro Municipal, com entrada separada, garantindo que os casos suspeitos não tenham contato com os demais serviços e pacientes;
- Aquisição de móveis hospitalares para a Ala de atendimento ao COVID-19;
- Aquisição de seis conjuntos completos de equipamentos de suporte à vida, garantindo a segurança dos pacientes em espera por vagas em hospitais de referência, assim como aqueles em transferência;
- Aquisição Emergencial de EPIs;
- Preparação de processo licitatório para aquisição de EPIs;
- Contratação de Carro de Som e Confecção de Banners, para disseminar as orientações necessárias;
- Investimento na confirmação da infecção com a contratação de exames PCR, devido à demora na apresentação do resultado de exames enviados para análise no Laboratório Adolfo Lutz, e aquisição de testes rápidos;
- Contratação de equipe de saúde completa para atendimento no Posto COVID-19;
- Contratação de empresa para substituição de servidores da saúde, sendo estes acometidos pelo COVID;
- Determinação de suspensão parcial da licença de funcionamento de todos os estabelecimentos empresariais situados no Município, exceto aqueles considerados essenciais;
- Intensificação da Fiscalização, com abordagem educativa, para fazer cumprir todas as normas dos Decretos Estadual e Municipal;



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

- Chamamento de Estagiários Voluntários para reforço de mão de obra nas atividades de contenção à Pandemia;
- Proporcionar orientação através de palestras a todos os servidores sobre as medidas para contenção da disseminação do COVID-19 nos serviços municipais;
- Proporcionar orientação aos servidores lotados nos cemitérios municipais;
- Distribuir EPIs apropriados para a função dos coveiros;
- Normatizar procedimentos para os velórios;
- Estabelecimento de indenização aos servidores envolvidos diretamente em atividades de combate ao COVID-19;
- Abordagem aos moradores de rua, com orientações;
- Disponibilização de local para a higiene dos moradores de rua; e
- Instalação de Central de comunicações do CORONAVIRUS – 2 telefones fixos 3848-6766 e 3848-6767, e 1 WhatsApp 981472747, para disponibilizar informações e receber denúncias.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

FATOS DIVERSOS QUE IMPACTARAM NA ELABORAÇÃO DO PRESENTE PLANO E NO ANDAMENTO DO MUNICÍPIO

- A prestadora de serviços que disponibiliza os programas utilizados pela administração pública (CECAM), informou ao município que o atendimento dos seus funcionários passaria a ser via home-office, e assim qualquer solicitação deveria ser provocada através de e-mail, e não mais via telefone, o que algumas vezes atrasou o atendimento necessário;
- - A assessoria em gestão municipal contratada para auxiliar a administração pública também nos notificou sobre a suspensão do atendimento presencial dos técnicos, disponibilização os canais e-mail, WhatsApp, celulares e telefones já amplamente divulgados entre os servidores usuários dos serviços prestados;
- - Em 18/05/2020 recebemos ofício e planilha com sugestões e solicitações em referência aos gastos públicos no enfrentamento da COVID-19 do GAECO-Santos. As sugestões foram imediatamente implantadas;
- - Em 08/05/2020 recebemos recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo, em atenção à Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo de Acompanhamento nº 62.0284.0000040-2020-3.;
- - Em 03/04/2020 recebemos o Comunicado TCESP – SDG 14/2020 – Limites e Condições da LRF; Contratação de pessoal e despesas extraordinárias; Contratações Públicas de Bens e Serviços; Transparência e Controle dos Atos e Despesas;
- - Em 03/04/2020 recebemos o Comunicado AUDESP 028 – Inclusão do Código de Aplicação 312;
- - Em 24/03/2020rRecebemos Posicionamento público da UNDIME com Propostas para enfrentar os efeitos da pandemia do COVID-19 na Educação;
- -Em 30/04/2020 – Recebemos proposta da ACCrédito – Gestão de Benefícios, para a entrega de recursos aos municípios sem qualquer custo para o município;
- -Em 05/05/2020 – enviamos resposta à Drª Isadora Brandão da Silva – Defesa da diversidade e da igualdade racial, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sobre Recomendação de medidas auxiliares de emergência às comunidades tradicionais, quilombolas, caiçaras e/ou caboclas;



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

- -Em 13/05/2020 recebimento o Ofício 194/2020 da Delegacia de Polícia de Iguape, assinado pelo Delegado Dr. Carlos Eduardo Vieira Ceroni, informando ao Diretor de Saúde, que todas as mortes decorrentes da Covid 19, ou possibilidade dela, deverão ser comunicadas à Delegacia para eventual registro de Boletim de ocorrência;
- -Em 13/05/2020 resposta ao Procurador geral da Republica, Ministério Público Federal – Dr Yuri Corra da Luz, sobre Recomendação de medidas auxiliares de emergência às aldeias indígenas, onde consta recomendação de adquirir e disponibilizar EPI de uso ambulatorial, leitos hospitalares, ventiladores mecânicos, AMBU, cilindros de oxigênio, oxímetro de pulso, monitor multiparamétrico, dentre outros recursos materiais e humanos necessários;
- -Em 13/05/2020, resposta à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sobre recomendação NUDDIR nº07/2020, sobre medidas auxiliares de emergência às Aldeias indígenas;
- -Em Março de 2020, a merenda escolar disponível nas Aldeias não foi recolhida, beneficiando os alunos e familiares, suprimindo necessidades básicas;
- -Em 06/04 foram entregues pelo Fundo Social de Solidariedade, 20 Cestas Básicas na Aldeia do Guaviraty/Subaúma;
- -Em 06/04 foram entregues pelo Fundo Social de Solidariedade, 03 Cestas Básicas na Aldeia Jeiy Ty-Toca do Bugio;
- -Em 09/04 foram entregues pelo Fundo Social de Solidariedade, 18 Cestas Básicas na Aldeia Itapuã;
- -Nos dias 13 e 16/04 foram entregues outras 22 cestas básicas em Aldeias;
- -Em 18/05/2020 o decreto de Calamidade pública foi reconhecido pela ALESP;



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Decreto	2780	17/03/2020	Dispõe sobre as adoções de medidas para a prevenção do Corona vírus no município de Iguape
Decreto	2781	20/03/2020	Declara situação de emergência no Município de Iguape, dispõe sobre a adoção no âmbito da administração Pública Municipal de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVI-19
Decreto	2782	20/03/2020	Dispõe sobre o fortalecimento das medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19
Decreto	2784	23/03/2020	Dispõe sobre o recebimento por meio de doação de bens e serviços pela Prefeitura Municipal de Iguape e acerca do serviço voluntariado na administração pública municipal durante o período de quarentena decorrente das medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVI-19
LEI	2377	03/04/2020	Institui Diária Excepcional aos servidores da saúde e aqueles destacados para o combate da crise gerada pelo Corona vírus
Decreto	2788	07/04/2020	Estende o prazo de quarentena declarada pelo decreto nº 64881 de 20/03/2020 e altera o decreto 2781 de 20/03/2020
LEI	2378	29/04/2020	Institui em caráter emergencial durante o período de pandemia causada pelo Corona vírus, bolsa alimentação às famílias carentes dos estudantes matriculados na rede municipal de ensino
Decreto	2790	11/04/2020	Reconhece o Estado de Calamidade Pública, decorrente da Pandemia do COVI-19, que atinge o município de Iguape
Decreto	2793	22/04/2020	Altera os Decretos 2781 e 2782 de 20/03/2020
Decreto	2794	27/04/2020	Dispõe sobre a realização e o registro de atividades escolares não presenciais pelas unidades escolares vinculadas à rede municipal de ensino durante o período de combate à pandemia do Corona vírus
Decreto	2795	06/05/2020	Altera o Parágrafo 1º do artigo 3º do Decreto 2.782 de 20/03/2020
Decreto	2796	11/05/2020	Estende o prazo de quarentena declarada pelo decreto nº 64967, de 8 de maio de 2020, dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia do novo Corona vírus e altera o decreto 782 de 20/03/2020
Orientação Normativa	2	11/05/2020	Orientação para operação da Barreira instalada na Ponte Prefeito Laércio Ribeiro



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETO	64862	13/03/2020	Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual
RESOLUÇÃO	27	13/03/2020	Dispõe sobre o Centro de Operações do Coronavírus
DECRETO	64864	16/03/2020	Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19
RESOLUÇÃO	28	17/03/2020	Estabelece as diretrizes e orientações de funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Estado de São Paulo para enfrentamento da pandemia do COVID 19
DELIBERAÇÃO	1	17/03/2020	AFASTAMENTO DE SERVIDORES
DECRETO	64865	18/03/2020	Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, bem como sobre recomendações no setor privado estadual
RESOLUÇÃO	31	19/03/2020	Estabelece a obrigatoriedade, a todos os hospitais públicos e privados do Estado de São Paulo, de remessa diária dos dados, referente ao covid-19
RESOLUÇÃO	29	19/03/2020	Estabelece a obrigatoriedade, a todos os hospitais do Estado de São Paulo, de remessa diária dos dados, que especifica, referentes COVID - 19
DECRETO	64879	20/03/2020	Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo
DECRETO	64880	20/03/2020	Dispõe sobre a adoção, no âmbito das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19
DECRETO	64881	22/03/2020	Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus)
RESOLUÇÃO	32	23/03/2020	Na resolução Resolução SS 32, 20-03-2020, no que se refere ao manuseio do corpo
DELIBERAÇÃO	2	23/03/2020	ATENDIMENTO AO PÚBLICO ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS
COMUNICADO	6	24/03/2020	OFERTA DE ÁGUA POTÁVEL E PREVENÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS AO CORONAVÍRUS
DECRETO	64884	24/03/2020	Dispõe sobre a cobrança de tarifa de transporte coletivo intermunicipal de policiais civis e militares do Estado de São Paulo, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus)
DELIBERAÇÃO	3	24/03/2020	ESTACIONAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES
DELIBERAÇÃO	4	25/03/2020	CONTRATAÇÕES NO ESTADO
COMUNICADO	7	26/03/2020	PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS EM SISTEMAS DE LIMPEZA URBANA E DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DECRETO	64887	26/03/2020	Institui Grupo Executivo para atuação conjunta da Secretaria de Governo e da Secretaria da Saúde, no âmbito da pandemia do COVID-19



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

DELIBERAÇÃO	5	27/03/2020	LOJAS DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
DECRETO	64891	30/03/2020	Dispõe sobre o atendimento de necessidade inadiável de alunos da rede pública estadual de ensino em situação de pobreza ou extrema pobreza, no contexto da pandemia COVID-19
RESOLUÇÃO	42	30/03/2020	Estabelece a obrigatoriedade, a todos os hospitais públicos e privados do Estado de São Paulo, de envio de dados, diariamente, referentes aos casos suspeitos e confirmados de Covid-19
DELIBERAÇÃO	6	30/03/2020	CONVENIENCIAS EM POSTOS DE GASOLINA E MANUTENÇÃO ELETROELETRÔNICOS
DECRETO	64898	31/03/2020	Dispõe sobre a gestão de contratos de prestação de serviços contínuos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, durante a vigência do estado de calamidade pública da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus)
DECRETO	64897	31/03/2020	Autoriza o funcionamento extraordinário das unidades do Restaurante Popular, instituído pelo Decreto nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000, no contexto da pandemia COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas)
DELIBERAÇÃO	7	01/04/2020	CONSIDERAM-SE SUPERMERCADOS
DECRETO	64918	03/04/2020	Altera a redação do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo
DECRETO	64919	03/04/2020	Estabelece as medidas de segurança contra incêndio em unidades de atendimento médico de caráter temporário, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo COVID-19 (Novo Coronavírus) e dá providências correlatas
DELIBERAÇÃO	8	03/04/2020	Escritórios advocacia ou contabilidade, prédios comerciais, peças e acessórios para veículos automotores
COMUNICADO	9	04/04/2020	ORIENTAÇÕES AOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MANEJO DO CORPO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19
DECRETO	64920	06/04/2020	Estende o prazo da quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22/03/2020
DECRETO	64928	08/04/2020	Dispensa da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999, as aquisições de bens necessários ao enfrentamento da COVID-19 (Novo Coronavírus)
RESOLUÇÃO	48	09/04/2020	Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais DE Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Ambulatorial e Hospitalar da rede do Estado, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade, inclusive às ações para enfrentamento do COVID-19
DECRETO	64936	13/04/2020	Dispõe sobre medidas de redução de despesas no contexto da pandemia do COVID-19
DECRETO	64937	13/04/2020	Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVI-19
COMUNICADO	13	17/04/2020	TÚNEIS DE DESINFECÇÃO
DECRETO	64946	17/04/2020	Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020
COMUNICADO	12	18/04/2020	Recomendações para Alojamentos de Trabalhadores Rurais Durante a Pandemia de Covid-19



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

DECRETO	64946	23/04/2020	Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia da COVID-19
DECRETO	64949	23/04/2020	Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia da COVID-19
DECRETO	64953	27/04/2020	Estende o prazo a que alude o "caput" do artigo 2º do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, que determinou a suspensão das atividades de natureza não essencial na Administração Pública Estadual, no contexto da pandemia da COVID-19
DECRETO	64956	29/04/2020	Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial no âmbito do serviço de transporte público de passageiros de responsabilidade do Estado de São Paulo
DECRETO	64959	04/05/2020	Dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19 e dá medidas correlatas
COMUNICADO		05/05/2020	VELÓRIOS E FUNERAIS
DECRETO	64963	05/05/2020	Institui o Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI, destinado ao enfrentamento da pandemia da COVID-19,
DECRETO	64964	06/05/2020	Declara luto oficial, a vigorar durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020
DECRETO	64967	08/05/2020	ESTENDE A MEDIDA DE QUARENTENA DE QUE TRATA O DECRETO Nº 64.881
DECRETO	64967	08/05/2020	Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020
DECRETO	64968	08/05/2020	Isenta do ICMS a parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica nos termos das Leis nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, e nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, de acordo com a redação da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, durante o período da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)
DECRETO	64975	13/05/2020	Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que instituiu medida de quarentena no Estado de São Paulo



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Portaria	255	22/05/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Decreto	10360	21/05/2020	Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.
Medida Provisória	969	20/05/2020	Abre Crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica
Medida Provisória	967	19/05/2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências.
Decreto	10352	19/05/2020	Reduz temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o produto que menciona.
Decreto	10350	18/05/2020	Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.
Medida Provisória	966	13/05/2020	Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19
Decreto	10344	11/05/2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Decreto	10342	07/05/2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Portaria	1111	05/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará Município de Fortaleza.
Portaria	1109	05/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado Estados do Amazonas, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Distrito Federal, Mato Grosso, Pernambuco, Amapá, Rondônia e Sergipe.
Portaria	1093	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do Hospital José Maria Morais, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Coronel Fabriciano.
Portaria	1092	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal.
Portaria	1091	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Jaboatão dos Guararapes.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	1089	04/05/2020	Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios.
Portaria	1088	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba e Municípios.
Portaria	1087	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí Município de Parnaíba.
Portaria	1086	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí e Município de Teresina.
Portaria	1085	04/05/2020	Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba.
Lei	13995	05/05/2020	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.
Portaria	204	29/04/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	203	28/04/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	201	24/04/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Lei	13993	23/04/2020	Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.
Lei	13992	22/04/2020	Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Resolução	160	17/04/2020	Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Medida Provisória	954	17/04/2020	Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Recomendação	1	16/04/2020	Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Resolução	373	16/04/2020	Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19.
Lei Complementar	172	15/04/2020	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.
Lei	13989	15/04/2020	Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus
Resolução	2	14/04/2020	Altera a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
Resolução	3	13/04/2020	Institui o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
Resolução	370	13/04/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
Portaria	758	09/04/2020	Define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS.
Medida Provisória	950	08/04/2020	Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).
Medida Provisória	948	08/04/2020	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Lei	13987	07/04/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.
Portaria	9471	0/04/2020	Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). (Processo nº 19966.100318/2020-61).
Instrução Normativa	4	07/04/2020	Estabelece critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Medida Provisória	945	04/04/2020	Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Decreto	10312	04/04/2020	Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.
Medida Provisória	944	03/04/2020	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos
Medida Provisória	943	03/04/2020	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica.
Decreto	10311	03/04/2020	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.
Instrução Normativa	1932	03/04/2020	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições)
Portaria	139	03/04/2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.
Lei	13982	02/04/2020	Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020
Medida Provisória	942	02/04/2020	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00, para os fins que especifica.
Medida Provisória	941	02/04/2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00, para os fins que especifica.
Medida Provisória	940	02/04/2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica.
Medida Provisória	938	02/04/2020	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Medida Provisória	937	02/04/2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica.
Decreto	10310	02/04/2020	Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem.
Decreto	10308	02/04/2020	Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).
Resolução	366	02/04/2020	Dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	8	02/04/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Instrução Normativa	1931	02/04/2020	Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).
Ato Conjunto	2		Regulamenta a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos projetos de lei de matéria orçamentária de que trata o Regime Comum do Congresso Nacional.
Medida Provisória	936	01/04/2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.
Portaria	39	31/03/2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	422	31/03/2020	Institui o trabalho remoto em caráter excepcional no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, como medida de proteção e prevenção ao contágio para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	51	31/03/2020	Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º Semestre do exercício de 2020, e convoca a 2ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.
Medida Provisória	931	30/03/2020	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.
Medida Provisória	930	30/03/2020	Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
Portaria	158	31/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Decreto		10300	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para dispor sobre a composição do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
Decreto	10298	30/03/2020	Institui o Conselho Nacional de Secretários de Transportes.
Decreto	10295	30/03/2020	Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Decreto	10294	30/03/2020	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 142.004.435,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Portaria	151	30/03/2020	Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Saúde em todo território nacional.
Portaria	580	27/03/2020	Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Residentes na área de Saúde", para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
Portaria	880	27/03/2020	Autoriza transporte de carga por operador certificado sob o RBAC nº 135.
Portaria	743	27/03/2020	Estabelece rito específico para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federados, decorrentes de desastre relacionado à contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19).
Portaria	601	27/03/2020	Fica instituído o Centro Operacional Aduaneiro de Gestão da Crise gerada pela Pandemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (Cogec-Covid-19),
Portaria	152	27/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	111	27/03/2020	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).
Portaria	14	27/03/2020	Altera a Portaria nº 8, de 17 de março de 2020, que estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Resolução	4791	26/03/2020	Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.
Portaria	162	26/03/2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento externo ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e revoga a Portaria SRRF01 nº 145, de 18 de março de 2020.
Portaria	116	26/03/2020	Dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.
Portaria	568	26/03/2020	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.
Portaria	561	26/03/2020	Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos de enfermaria de hospitais de referência ao COVID-19.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Instrução Normativa	28	25/03/2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.
Portaria	143	25/03/2020	Dispõe sobre a possibilidade de reformulação e revisão de planos de aplicação dos recursos associados aos programas previstos no § 2º do art. 3º A da Lei Complementar nº 79, de 1994, como medida excepcional para enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional brasileiro.
Portaria	142	25/03/2020	Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no estado do Pará.
Portaria	117	25/03/2020	Ficam suspensas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, em caráter temporário e excepcional, as atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT.
Portaria	37	25/03/2020	Disciplina os procedimentos emergenciais a serem adotados no despacho de trânsito aduaneiro, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
Resolução	7648	25/03/2020	Organização Mundial da Saúde - OMS como Pandemia do novo coronavírus (COVID-19);
Resolução	23	25/03/2020	Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Resolução	22	25/03/2020	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Resolução	14	25/03/2020	Dispõe sobre a realização de sessões da Comissão de Ética Pública - CEP em ambiente virtual e sobre o julgamento de processos em lista.
Resolução	2	25/03/2020	Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19).
Instrução Normativa	27	25/03/2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Instrução Normativa	12	25/03/2020	Prorroga o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP de 2020 (ano-base 2019).
Decreto	10292	25/03/2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Medida Provisória	929	25/03/2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Decreto	10289	24/03/2020	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.
Resolução	878	24/03/2020	Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).
Resolução	682	24/03/2020	Revoga "ad referendum" do Plenário a Resolução/CFF nº 681/2020 e adota procedimentos em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19).
Resolução	28	24/03/2020	Estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.
Resolução	633	24/02/2020	Normatiza, "ad referendum" do Plenário do Cofen, até ulterior decisão, a atuação dos profissionais de enfermagem no Atendimento Pré-hospitalar (APH) móvel Terrestre e Aquaviário, quer seja na assistência direta e na Central de Regulação das Urgências (CRU).
Portaria	1245	02/03/2020	Define, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), as prioridades a serem adotadas para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19.
Portaria	6310	24/03/2020	Estabelecer as medidas para atendimento aos prazos processuais em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).
Portaria	402	24/03/2020	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto no Decreto nº 10.284, de 20 de março de 2020, que estabelece a dilação do prazo de vencimento das Tarifas de Navegação Aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da COVID-19.
Portaria	337	24/03/2020	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.
Portaria	245	24/03/2020	Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19
Portaria	194	24/03/2020	Dispõe em caráter excepcional e temporário sobre o atendimento no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal em face do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	105	24/03/2020	Suspende os prazos para apresentação de defesa e interposição de recurso nos processos administrativos de apuração de infração administrativa instaurados por descumprimento a deveres instituídos pela Lei nº 9.933/1999.
Portaria	86	24/03/2020	Prorrogação da validade de documentos de propriedade e regularidade de embarcações e plataformas e outros documentos emitidos pelas Capitânicas dos Portos e suas organizações subordinadas.
Portaria	84	24/03/2020	designa os membros focalizadores do Ministério Público do Trabalho nos Estados para interação com os membros focalizadores do Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 - GIAC-COVID19 (Portaria PGR/MPU Nº 59, de 16 de março de 2020);
Portaria	50	24/03/2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento ARF/Mogi das Cruzes, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	40	24/03/2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita Federal do Brasil em Goiânia-GO, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID - 19).
Portaria	36	24/03/2020	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
Portaria	24	24/03/2020	Prorroga o prazo de validade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), na calamidade pública, reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, decorrente da pandemia causada pelo vírus Covid-19.
Portaria	1	24/03/2020	designação de membros focalizadores tem o propósito de criar pontos de contato entre os membros de diferentes ramos, níveis e atribuições, sem prejuízo da independência funcional e das atividades finalísticas de cada um deles.
Resolução	7644	23/03/2020	Estabelecimento de orientações acerca da manutenção do funcionamento das embarcações e das instalações portuárias reguladas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Resolução	7636	23/03/2020	Estabelecer medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário de passageiros e nas instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).
Resolução	940	23/03/2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais e da prescrição quinquenal e intercorrente no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social/ Cfess e dos Conselhos Regionais de Serviço Social e a suspensão dos atos processuais que envolvam contato presencial.
Medida Provisória	928	23/03/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.
Resolução	812	23/03/2020	Define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação.
Resolução	579	23/03/2020	Dispõe sobre a prorrogação do vencimento das anuidades do exercício de 2020, e dá outras providências.
Portaria	555	23/03/2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).
Portaria	492	23/03/2020	Institui a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo", voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
Portaria	480	23/03/2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Resolução	356	23/03/2020	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Resolução	355	23/03/2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Resolução	230	23/03/2020	Dispõe sobre prorrogação de data de vencimento das anuidades do CREF11/MS para o Exercício de 2020 e dá outras providências
Resolução	220	23/03/2020	Prorroga o prazo para envio das prestações de contas dos Conselhos Regionais ao Conselho Federal de Odontologia referente ao exercício financeiro de 2019.
Portaria	191	23/03/2020	Estabelece regras para adoção de trabalho remoto e manutenção de atividades essenciais por unidades e servidores da 4ª Região Fiscal.
Portaria	177	23/03/2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 7ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).
Portaria	157-e	23/03/2020	Altera a Portaria ANCINE nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.
Resolução	153	23/03/2020	Prorroga o prazo de vencimento para pagamento das anuidades do exercício de 2020 e demais débitos objeto de parcelas em vigor.
Portaria	146	23/03/2020	Estabelece regras para adoção de trabalho remoto e manutenção de atividades essenciais por unidades e servidores da 3ª Região Fiscal.
Portaria	145	23/03/2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 3ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).
Portaria	190	23/03/2020	Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).
Portaria	138	23/03/2020	Autoriza a utilização excepcional dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados no exercício de 2019, na forma da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, para ações de segurança pública e defesa social necessárias ao combate emergencial dos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Portaria	133	23/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	103	23/03/2020	Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, medidas de enfrentamento e prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Portaria	48	23/03/2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.
Portaria	47	23/03/2020	Disciplina o atendimento presencial emergencial na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	41	23/03/2020	Estabelece, em caráter temporário, que seja suspenso o uso de controle de acesso biométrico nos recintos aduaneiros jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.
Resolução	39	23/03/2020	Dispõe sobre a Prorrogação do Prazo Para Pagamento da Anuidade de 2020 Com Desconto No Âmbito do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região/BAHIA.
Portaria	35	23/03/2020	Determina a suspensão do atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte da Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos em razão da necessidade do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	35	23/03/2020	Suspensão da visitação pelo público externo a todas as áreas do JBRJ por tempo indeterminado.
Portaria	35	23/03/2020	Estabelece orientações aos ordenadores de despesa do Ministério da Defesa e das Forças Armadas quanto à aplicação dos procedimentos de contratação previstos nos arts. 4º a 4º-I da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
Portaria	33	23/03/2020	Disciplina os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos alfandegados e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, na exportação e nas remessas expressas, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
Portaria	32	23/03/2020	Dispõe sobre o expediente no período de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I
Portaria	29	23/03/2020	Institui o regime de teletrabalho e Suspende os atendimentos presenciais, em todas as unidades administrativas do CROSP, e dá outras providências.
Portaria	27	23/03/2020	Alteração temporária do horário de atendimento do plantão aduaneiro da ALF/PPA.
Portaria	26	23/03/2020	Suspensão temporária do atendimento presencial no CAC da ALF/PPA como medida de proteção ao Coronavírus (Covid-19).
Portaria	24	23/03/2020	Estabelece medidas no Ministério da Infraestrutura, em caráter excepcional, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria	14	23/03/2020	Institui novas medidas de combate e prevenção ao contágio do coronavírus no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas.
Portaria	2	23/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares/MG, Agência da Receita Federal do Brasil em Almenara/MG, Agência da Receita Federal em Caratinga/MG Agência da Receita Federal do Brasil em Manhuaçu/MG e Agência da Receita Federal do Brasil em Teófilo Otoni/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
recomendação	2	23/03/2020	Recomenda procedimentos a serem observados pelos médicos responsáveis pela estratégia de saúde da família, das Secretarias Municipais de Saúde, durante o atendimento aos casos do COVID-19 e outras providências.
Resolução	20	23/03/2020	Dispõe sobre as medidas emergenciais devido à Crise de Calamidade Pública ocorrida com a Pandemia do Coronavírus - COVID-19.
Decreto	10288	22/03/2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Medida Provisória	927	22/03/2020	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.
Portaria		22/03/2020	Estabelece as diretrizes quanto à execução de trabalho remoto para o Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	826	21/03/2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	132	22/03/2020	Estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e exercício de atividades por servidores, empregados públicos e estagiários do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.
Portaria	132	22/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	139	21/03/2020	Estabelece as diretrizes quanto à execução de trabalho remoto para o Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Resolução	122	21/03/2020	Dispõe sobre providências a serem adotadas em razão da pandemia causado pelo COVID-19
Decreto	10285	20/03/2020	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
Decreto	10284	20/03/2020	Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19.
Decreto	10283	20/03/2020	Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps.
Decreto	10282	20/03/2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Portaria	1272	20/03/2020	Aprovação da Diretriz Ministerial de Execução nº 7/2020, que autoriza a execução das ações de apoio para mitigar os impactos do COVID-19
Portaria	1501	20/03/2020	Suspende as atividades de atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo.
Medida Provisória	926	20/03/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
Portaria	467	20/03/2020	Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19.
Portaria	454	20/03/2020	Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	412	20/03/2020	Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19).
Portaria	356	20/03/2020	Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do COVID-19 (coronavírus).
Portaria	335	20/03/2020	Estabelece medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
Resolução	352	20/03/2020	Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.
Decisão	43	20/03/2020	Determina as estratégias de atuação emergencial para o enfrentamento à pandemia de Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará e dá outras providências.
Portaria	18	20/03/2020	Suspende a exigência de licenciamento de importação para os produtos referidos na Resolução CAMEX nº 26, de 29 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 30 de abril de 2015, e na Resolução CAMEX nº 58, de 19 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 22 de junho de 2015.
Portaria	17	20/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Lagoa Santa/MG, Curvelo/MG, Diamantina/MG e Paracatu/MG - em caráter excepcional, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria	17	20/03/2020	Altera as medidas administrativas temporárias para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito de jurisdição do CRP/18ª Região, dispostas na Portaria CRPMT nº 016, de 17 de março de 2020.
Portaria	11	20/03/2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem/MG - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) - e Agência da Receita Federal do Brasil em Betim/MG - em caráter excepcional, considerando o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Portaria	10	20/03/2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauri e em suas unidades jurisdicionais para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus(COVID-19).
Portaria	10	20/03/2020	Estabelecimento de medidas temporárias de prevenção ao contágio de pessoas pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região.
Portaria	9	20/03/2020	Suspende o funcionamento da Agência da Receita Federal em Barretos-SP.
Portaria	8	20/03/2020	Suspensão funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19)
Portaria	5	20/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Pouso Alegre/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	4	20/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Lavras/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	3	20/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Itajubá/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	2	20/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Agência da Receita Federal em Alfenas/MG, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	1	20/03/2020	Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal em Varginha, Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Decreto Legislativo	6	20/03/2020	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.
Portaria	1	20/03/2020	Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria	8024	19/03/2020	Dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). (Processo nº 10128.106029/2020-73).
Portaria	8012	19/03/2020	Estabelece medidas temporárias, no âmbito da gestão administrativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, de prevenção ao contágio do covid-19, considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS e o disposto na Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020.
Portaria	7957	19/03/2020	Representação da União à distância, por meio de sistema eletrônico em assembleias gerais.
Circular	3991	19/03/2020	Dispõe sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquanto perdurar a situação de risco à saúde pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).
Portaria	1153	19/03/2020	Cria o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 no âmbito das Comunicações (REDE CONECTADA MCTIC) e estabelece diretrizes a serem adotadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.
Portaria	683	19/03/2020	Dispõe sobre a instituição de comitê técnico para elaboração de iniciativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	491	19/03/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação.
Portaria	430	19/03/2020	Estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
Portaria	428	19/03/2020	Dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.
Resolução	351	19/03/2020	Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

			combate da Covid-19.
Resolução	350	19/03/2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais sem prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Resolução	349	19/03/2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências.
Deliberação	185	19/03/2020	Dispõe sobre a ampliação e a interrupção de prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito.
Portaria	151-E	19/03/2020	Estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos do COVID-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência.
Portaria	151	19/03/2020	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Profissionais Voluntários (CNPV) para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19.
Portaria	141	19/03/2020	Altera dispositivos da Portaria nº 75, de 20 maio de 2015, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria nº 166, de 12 de junho de 2019, que aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR em operações de financiamento.
Portaria	133	19/03/2020	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito Ministério do Meio Ambiente.
Portaria	126	19/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	125	19/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	111	19/03/2020	Instituição do Comitê de Enfrentamento de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Portaria	95	19/03/2020	Dispõe sobre a suspensão das atividades no âmbito do CREMEPE, pelo período de 19.03.2020 a 24.04.2020, como forma de seguir as medidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.
Portaria	94	19/03/2020	Medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) definidas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
Portaria	85	19/03/2020	Prorrogação da validade de Certificados de Aquaviários e não Aquaviários, Certificados Estatutários, de Vistorias e outros documentos.
Portaria	80	19/03/2020	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) na Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - Antaq.



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	61	19/03/2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União.
Portaria	48	19/03/2020	Dispõe sobre medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul - CRCRS.
Portaria	9	19/03/2020	Suspender excepcionalmente o atendimento ao contribuinte em decorrência do coronavírus (COVID-19).
Resolução	5	19/03/2020	Recomenda medidas preventivas a serem adotadas na realização de consultas de nível ambulatorial para enfrentamento do COVID-19
Portaria	3	19/03/2020	Dispõe sobre medidas preventivas adotadas contra a propagação do coronavírus (COVID-19)
Portaria	7821	18/03/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Portaria	7820	18/03/2020	Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavirus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU
Portaria		18/03/2020	Estabelece medidas quanto ao funcionamento das unidades de atendimento da Secretaria de Trabalho, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. (Processo nº 19955.100318/2020-91).
Portaria		18/03/2020	Aprovação da Diretriz Ministerial de Planejamento nº 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, que regula o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional.
Medida Provisória	925	18/03/2020	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.
Resolução	851	18/03/2020	Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT PDE, para o exercício de 2020.
Resolução	777	18/03/2020	Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde
Resolução	776	18/03/2020	Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde
Portaria	414	18/03/2020	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.
Portaria	237	18/03/2020	Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.
Portaria	333	18/03/2020	Disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	330	18/03/2020	Estabelece o adiamento dos procedimentos em razão do não cumprimento do cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para fortalecer o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria	208	18/03/2020	Trata da suspensão do atendimento presencial nas instalações da ANM em todo o território nacional enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Resolução	152	18/03/2020	Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	145	18/03/2020	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	117	18/03/2020	Instituição do Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.
Portaria	97	18/03/2020	Regulamenta as rotinas de trabalho e os procedimentos administrativos no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.
Portaria	32	18/03/2020	Altera a Portaria Normativa nº 30/GM-MD, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Portaria	18	18/03/2020	Delega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República para adoção de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade, tratadas no art. 6º-A da Instrução Normativa SEGES/ME nº 19, de 12 de março de 2020
Portaria	16	18/03/2020	Altera a Portaria nº 19, de 2 julho de 2019, que dispõe sobre a emissão de licenças, autorizações, certificados e outros documentos públicos de exportação por meio do Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, para estabelecer a Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19.
Portaria	7	18/03/2020	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional.
Resolução	5875	17/03/2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no âmbito do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
Instrução Normativa	1927	17/03/2020	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.
Resolução	1338	17/03/2020	Fixação de teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, e dá outras providências.
Portaria	419	17/03/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.
Portaria	375	17/03/2020	Estabelece medidas para as unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social quanto às medidas de proteção que devem ser adotadas no atendimento ao público para prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).
Resolução	348	17/03/2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de registro de medicamentos, produtos biológicos e produtos para diagnóstico in vitro e mudança pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
Resolução	347	17/03/2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
Portaria	343	17/03/2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	342	17/03/2020	Delega competência ao Secretário-Executivo para adoção de medidas previstas na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020.
Portaria	210	17/03/2020	Dispõe sobre medidas complementares à Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Portaria	175	17/03/2020	Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Portaria	174	17/03/2020	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades de servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.
Portaria	120	17/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Portaria	103	17/03/2020	Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde relacionada ao coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
Portaria	96	17/03/2020	Delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.
Decisão	43	17/03/2020	Prorroga a validade de certificações de profissionais previstas no RBAC nº 110, RBAC nº 153 e na Resolução ANAC nº 279 e isenta a realização de reuniões ordinárias de Comissão de Segurança Aeroportuária (CSA), bem como estende o prazo para realização das atividades de controle de qualidade AVSEC por parte dos operadores previstas nos RBAC nº 107 e RBAC nº 108.
Decisão	42	17/03/2020	Prorroga a validade de habilitações, certificados, autorizações, averbações, credenciamentos, treinamentos e exames.
Portaria	30	17/03/2020	Estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Resolução	17	17/03/2020	Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Portaria	11	17/03/2020	Estabelece medidas adicionais ao disposto na Resolução Cremers n.º 04/2020, que dispõe acerca das medidas administrativas preventivas do CREMERS para enfrentamento do COVID-19, no âmbito do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul.
Portaria	10	17/03/2020	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
Portaria	8	17/03/2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).



MUNICIPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria	5	17/03/2020	Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.
Portaria	3	17/03/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio de pessoas pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região e dá outras providências.
recomendação	1	17/03/2020	Recomenda procedimentos a serem observados pelas autoridades sanitárias do estado de Pernambuco no atendimento médico prestado aos casos do COVID-19 e outras providências.
decreto	10277	16/03/2020	Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
Resolução nº	4783	16/03/2020	Estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.
resolução	4782	16/03/2020	Estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.
Portaria nº	1076	16/03/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e de suas Entidades Vinculadas.
Portaria nº	395	16/03/2020	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.
Portaria nº	373	16/03/2020	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas, no âmbito do INSS, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).
portaria	125	16/03/2020	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades por servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.
portaria	65	16/03/2020	Estabelecimento de orientações, no âmbito da FUNDACENTRO, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
Portaria nº	59	16/03/2020	Instituição do o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID19).
Instrução Normativa	21	16/03/2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Portaria nº	29	15/03/2020	Adoção de medidas pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Portaria nº	4	15/03/2020	Suspende as visitas sociais, atendimentos de advogados e as escoltas dos presos custodiados nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.
Medida Provisória	924	13/03/2020	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica.



MUNICÍPIO DE IGUAPE

- Estância Balneária Cidade Histórica -

Portaria nº	413	13/03/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.
Instrução Normativa	20	13/03/2020	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Resolução nº	453	Resolução nº 453, de 12.3.2020	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus.
Resolução nº	346	12/03/2020	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.
Instrução Normativa	19	12/03/2020	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
portaria	356	11/03/2020	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Medida Provisória	921	07/02/2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica.
Lei nº	13979	06/02/2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
portaria	79	04/03/2020	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).
portaria	188	03/02/2020	Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).